

Júri (dis)simulado: proposta de atividade para o estudo do gênero textual/discursivo “depoimento pessoal” sob o viés da oralidade e da variação linguística

Jury Covert: activity proposal for the study of textual / discursive genre "personal testimony" under the bias of orality and linguistic variation

Carla Beatriz Frasson*
Marlúcia Maria Alves**

RESUMO: Este artigo evidencia que o trabalho adaptado com o júri escolar, aqui designado como “Júri (dis)simulado”, configura-se como uma prática de letramento realizada num contexto significativo de aprendizagem. Respaldamo-nos teoricamente em Bakhtin (2003), Bortoni-Ricardo e Dettoni (2001), Hilgert (1996), Marcuschi (2008), dentre outros. Por meio desse artigo, apresentamos uma proposta de material didático que estimule nos alunos, sobretudo, a leitura e análise do gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”, buscando ultrapassar os limites da consciência ingênua para a consciência crítica desse gênero, reconhecendo as intenções explícitas e implícitas nele transmitidas. A atividade didática aqui proposta possibilita aos estudantes um momento orientado de estudo, focando de maneira crítica e analítica o *continuum* oralidade e escrita desse gênero, bem como a observação da importância de questões como respeito ao turno conversacional, assalto ao turno, marcas de oralidade, entonação das frases e intensidade da voz, dentre outros fatores. Permeando essas questões, também objetivamos possibilitar atividades de reflexão sobre a língua e a linguagem, desconstruindo falsas crenças e preconceitos linguísticos de que há uma variedade linguística melhor ou superior a outras. Por meio do “Júri (dis)simulado”,

ABSTRACT: This article shows that the work adapted to the school jury, here referred to as "Jury Covert" is configured as a practice of literacy performed in a meaningful context for learning. Theoretically we support us in Bakhtin (2003), Bortoni-Ricardo and Dettoni (2001), Hilgert (1996), Marcuschi (2008), among others. Through this article, we present a proposal of didactic material that stimulates the students, especially the reading and analysis of the genre/discourse "personal testimony", seeking to overcome the naive consciousness of limits for critical awareness of this kind, recognizing the explicit intentions and implicit transmitted it. The didactic activity proposed here allows students oriented time of study, focusing on critical and analytical way the orality continuum and writing of this genre, as well as the observation of the importance of issues such as respect for conversational turn round to round, orality marks, intonation of sentences and voice intensity, among other factors. Permeating these issues also aim to enable reflection activities about language and language, deconstructing false beliefs and linguistic prejudices that there is a better linguistic variety or superior to others. Through the "Jury Covert", we intend to promote the work not only with the varieties most prestigious, but also with the varieties sometimes stigmatized by the majority of

* Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), promovido pelo Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). carla_frasson00@yahoo.com.br

** Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). marlucia.alves@gmail.com

pretendemos promover o trabalho não só com as variedades de maior prestígio, mas também com as variedades por vezes estigmatizadas pela maior parte da sociedade e que, frequentemente, são utilizadas pelos alunos. Assim, as atividades objetivam também valorizar as variedades de não prestígio que caracterizam a identidade dos alunos e que se fazem presentes no gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”, para, então, desenvolvemos competências de uso da variedade culta da própria língua.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de língua portuguesa. Gêneros textuais/discursivos. Oralidade. Variação linguística.

society and are frequently used by students. Thus, the activities aim also appreciate the variety of non-prestige that characterize the identity of the students and that are present in textual/discursive genre "personal testimony" to then develop use of the skills cultivated variety of the language itself.

KEYWORDS: Portuguese language teaching. Text/genres. Orality. Linguistic variation.

1. Introdução

A realização das práticas de letramento organizadas no âmbito escolar deve possibilitar aos alunos a participação consciente em atividades da sociedade letrada. Nesse sentido, é fundamental que as aulas de Língua Portuguesa desenvolvam estratégias de ensino que proporcionem aos estudantes o acesso aos textos e discursos que de fato circulam na sociedade. O desenvolvimento da competência linguística dos alunos deve ser feito de forma a torná-los capazes de participar *das* e agir *nas* atividades e ações de linguagem que ocorrem em contextos situados em nossa sociedade e, conseqüentemente, empoderarem-se dessa capacidade de agir.

Assim, as propostas de atividades didáticas a serem realizadas na escola devem envolver práticas em que os alunos possam participar ativamente. Nesse sentido, a realização de um júri escolar configura-se como uma potente proposta didática que trabalha, de forma sociodiscursiva, gêneros textuais/discursivos orais e escritos, utilizando-os como instrumento didático-pedagógico.

Consideramos importante salientar, porém, que, para se trabalhar com o júri escolar, é preciso considerar a precariedade em que se encontram muitas escolas públicas brasileiras: várias não dispõem de espaço físico, apoio técnico e pedagógico e recursos financeiros que possibilitem a apresentação de um júri em local adequado. Nesse cenário, é fundamental a adaptação dessa prática de letramento no âmbito escolar com o objetivo de trabalhar, em contextos cuja infraestrutura é extremamente precária, os gêneros textuais/discursivos presentes em um júri.

É necessário, portanto, que outras versões de júri possam ser desenvolvidas nas instituições escolares para que escolas com poucos recursos, mas com professores engajados, possam desenvolver essa prática com seus alunos. Para tanto, considerando-se, sobretudo, a rica diversidade de gêneros textuais/discursivos presentes nos júris, esperamos que o professor de Língua Portuguesa possa desenvolver em suas aulas propostas de letramento alternativas que valorizem a prática da leitura dos diferentes gêneros textuais/discursivos recorrentes no júri.

Este artigo pretende evidenciar que o trabalho adaptado com o júri escolar, aqui designado como “Júri (dis)simulado”, configura-se como uma prática de letramento inovadora e realizada num contexto significativo de aprendizagem nas turmas de Ensino Fundamental II, sobretudo nas turmas de 9º ano. Escolhemos a expressão “júri (dis)simulado” porque os julgamentos a serem realizados no júri partem de situações cotidianas simples corriqueiras à realidade dos alunos. São situações que dificilmente seriam, de fato, julgadas em um júri real. Assim, a expressão “dissimulado” remete a um ambiente lúdico cujo foco é envolver os alunos de forma crítica e cômica, como entendemos ser essencial para turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II. Objetivamos apresentar um “Júri (dis)simulado” voltado para o julgamento de situações relacionadas ao tema “Pequenas corrupções do dia a dia”, isto é, situações típicas, porém incorretas, que ocorrem no ambiente escolar, como, por exemplo, furar a fila do lanche, ou colar na prova, etc. Por meio desse júri, esperamos estimular nos alunos, sobretudo, a leitura e análise do gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”, buscando ultrapassar os limites da consciência ingênua para a consciência crítica desse gênero, reconhecendo as intenções explícitas e implícitas que nele são transmitidas. Sendo assim, a realização desta prática de letramento busca ativar o conhecimento prévio dos alunos acerca do que conhecem e como analisam (se analisam) o gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”.

Além disso, são desenvolvidos momentos em que o aluno lê, seleciona e analisa diferentes “depoimentos pessoais” que circulam em nossa sociedade. Esperamos, também, que os estudantes se conscientizem acerca da importância de uma apresentação oral, fundamental à questão do júri, e tenham um momento orientado de estudo, que foque de maneira crítica e analítica o *continuum* oralidade e escrita desse gênero, bem como observe a importância de questões como respeito ao turno conversacional, assalto ao turno, marcas de oralidade, entonação das frases e intensidade da voz dentre outros fatores.

Permeando essas questões, também objetivamos possibilitar atividades de reflexão sobre a língua e a linguagem, desconstruindo falsas crenças e preconceitos linguísticos de que há uma

variedade linguística melhor ou superior. Por meio do “Júri (dis)simulado”, pretendemos promover o trabalho não só com as variedades de maior prestígio, mas também com as variedades por vezes estigmatizadas pela maior parte da sociedade e que, frequentemente, são utilizadas pelos alunos. Assim, as atividades objetivam também valorizar as variedades de não prestígio que caracterizam a identidade dos alunos e que se fazem presentes no gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”, para, então, desenvolvemos competências de uso da variedade culta da própria língua.

Após esse momento de introdução, o artigo apresentará a fundamentação teórica em que discorreremos sobre os principais pressupostos teóricos relacionados tanto à pluralidade linguística e cultural, quanto à oralidade e à concepção e abordagem de gênero. Para o trabalho com cada uma dessas três esferas, apresentamos quais são as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN). No que se refere à pluralidade linguística, nos respaldamos nas considerações teóricas apresentadas por Bortoni-Ricardo; Dettoni (2001). Sobre a oralidade, baseamo-nos em Hilgert (1996) e Galembeck (1999). E, por fim, sobre gênero, nosso aporte teórico baseia-se principalmente em Marcuschi (2008) e Bakhtin (2003). Feita a fundamentação teórica, apresentamos a proposta de atividade, seguida das considerações finais, das referências e, por fim, dos anexos.

2. Fundamentação teórica

De acordo com Marcuschi (2008), o trabalho com gêneros em sala de aula deve conduzir os alunos a uma reflexão inicial: a de que, ao produzir um texto, seja ele oral ou escrito, o interlocutor não escolhe aleatoriamente o gênero que vai atender às suas necessidades. É preciso que a prática com gêneros textuais/discursivos nas aulas de Língua Portuguesa desenvolva nos alunos a capacidade de visualizar um gênero não apenas como instrumento de comunicação e interação, mas como elemento de manipulação e controle sociocultural que se inicia no momento em que se escolhe este ou aquele gênero. Segundo os PCN, “todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam.” (BRASIL, 1998, p. 21).

As aulas de Língua Portuguesa, muitas vezes, desenvolvem um trabalho equivocado com os gêneros textuais/discursivos. Isso porque se perde muito tempo com a nomeação de gêneros, quando o mais importante é identificá-los e analisar suas especificidades, considerando-os nas situações sociodiscursivas em que se concretizam. De acordo com Bakhtin

(2003), os gêneros apresentam sempre um conteúdo, um formato e um estilo peculiar, a saber: i) os conteúdos, que são e se tornam dizíveis pelo gênero (nesse caso, o depoimento pessoal) e não por frases ou orações; ii) a estrutura/forma específica dos textos; iii) as configurações específicas das unidades de linguagem (estilo). Além disso, um mesmo texto pode apresentar uma “hibridização” de vários gêneros, representando uma rica intertextualidade que dá margem a várias análises construtivas. A mera nomeação é algo impreciso que pouco acrescenta ao conhecimento textual dos alunos.

Balocco (2005), ao citar as considerações sobre gênero apresentadas por Gunther Kress, lembra que “[...] os gêneros são tipos de texto que codificam os traços característicos e as estruturas dos eventos sociais, bem como os propósitos dos participantes discursivos envolvidos naqueles eventos” (BALOCCO, 2005, p. 65). Os gêneros textuais/discursivos não podem, portanto, ser estudados isoladamente dos elementos não verbais que os constituem.

Para Marcuschi (2008), o trabalho com gêneros textuais¹ apresenta ainda duas lacunas. Em primeiro lugar, o estudo dos gêneros orais, principalmente no que se refere à relação entre fala e escrita, ainda é insuficiente. Uma vez que a oralidade é palco de grande parte das interações sociais, é imprescindível que se desenvolva, no ambiente escolar, um trabalho sistemático com ela. Sobre isso, os PCN nos lembram que

ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 67).

Em segundo lugar, não se pode esquecer também da emergente responsabilidade da escola em trabalhar com a variação linguística tão marcadamente presente nos gêneros textuais/discursivos. Muito mais interessante (e diríamos até útil) que o tradicional trabalho com metalinguagem é a proposta de trabalho com gêneros textuais/discursivos que envolvam tanto a questão da oralidade quanto a da variação linguística. Promover um estudo que desenvolva as competências orais e que permita ao aluno refletir sobre a questão da adequação linguística nos gêneros textuais/discursivos presentes em nossa sociedade possibilita uma aprendizagem mais dinâmica e condizente com as necessidades da sociedade atual, uma vez que, como também orientam os PCN,

¹ Em seu trabalho com gênero, Marcuschi (2008) utiliza a denominação “gênero textual”, entretanto, para este trabalho, utilizaremos a denominação “gênero textual/discursivo” por entendermos que essa denominação compreende melhor o gênero como objeto de ensino inscrito nas práticas sociais das quais faz parte.

[...] é importante que o aluno, (...), entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Para isso, o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p. 82).

Nesse contexto, a proposta de se trabalhar com um “Júri (dis)simulado” baseia-se em três pilares essenciais que sustentam o ensino de Língua Portuguesa: gênero, oralidade e variação. Embora as práticas de linguagem iniciem-se no ambiente familiar, é na escola que se processam as principais reflexões acerca dos usos da linguagem. Porém, a prática diária com o ensino da língua comprova as afirmações apresentadas por Schneuwly e Dolz (2004) de que, nas instituições escolares, ainda não há um currículo devidamente estruturado que norteie o trabalho com a língua e que vislumbre uma divisão coerente das habilidades linguísticas fundamentais para uma concreta participação na sociedade.

Para esses autores, as aulas que trabalham com a língua devem possibilitar ao aprendiz a oportunidade de descobrir, em seu meio, os usos sociais da linguagem em diversas situações de comunicação, permitindo-lhes vislumbrar, de forma interativa, o valor das unidades linguísticas em circunstâncias de efetiva realização. De acordo com Hilgert (1996),

[...] a realização hierárquica das atividades ilocucionais põe em evidência o intrínseco caráter interacional dessa realização. O enunciador produz a enunciação movido pela intenção de provocar uma reação no enunciatário. Para tanto, exige-se uma enunciação adequada, em condições de assegurar ao enunciatário a compreensão, a qual o poderá levar a aceitar o objetivo do enunciador e lhe mostrar a reação desejada (HILGERT, 1996, p. 107).

Nesse cenário, o papel desempenhado pelo “Júri (dis)simulado” é fundamental, uma vez que possibilita atividades didáticas necessárias ao desenvolvimento das interações sociais indispensáveis ao aprendizado tanto da expressão oral quanto da expressão escrita. Por meio dessa situação simulada, em que o estudo do gênero “depoimento pessoal” será focado, pode-se possibilitar não só uma análise do *continuum* oral-escrito, possível por meio desse gênero, mas também a reflexão sobre situações que explorem a questão do turno conversacional, do respeito ao turno do outro, do assalto ao turno, da dinamicidade da oralidade dentre outros aspectos relacionados à linguagem oral. Sobre isso, Galembeck (1999) afirma que

o estudo da tipologia do turno conversacional e dos processos de gestão do mesmo revelam que a conversação tem por característica intrínseca o

dinamismo, resultante da proximidade entre os interlocutores. Vários são os traços que evidenciam esse dinamismo: no nível das relações entre os interlocutores, há que se considerar a troca de falantes (...), o monitoramento da fala do outro interlocutor (...), o assalto ao turno, a reformulação do que foi dito pelo outro interlocutor (GALEMBECK, 1999, p. 78).

Para organizar o trabalho com esse gênero textual/discursivo, recorreremos a Schneuwly e Dolz (2004). Segundo esses autores, para que as sequências didáticas de fato se concretizem é necessária, primeiramente, uma apresentação da situação inicial, momento crucial de exposição dos alunos ao projeto de comunicação a ser trabalhado. Num segundo momento, os autores afirmam ser preciso a realização da primeira produção, a fim de que os alunos elaborem o texto inicial (oral ou escrito) sobre o gênero focado. Essa primeira produção oferece material para que sejam trabalhados os módulos, cujo objetivo é superar os erros até então observados nas produções. Feito isso, a conclusão da sequência se dá por meio da produção final, em que se praticam as noções e instrumentos adquiridos por meio dos módulos.

As sequências didáticas propostas por Schneuwly e Dolz (2004) são extremamente relevantes para a proposta do “Júri (dis)simulado”, entretanto, salientamos que elas serão, nesse trabalho, adaptadas, servindo apenas como um norte, uma vez que organizam o trabalho docente em fragmentos possibilitando a realização de tarefas mais detalhadas que respeitem o ritmo dos alunos. Visualizar o que os estudantes já sabem e, a partir daí, organizar o conteúdo, trabalhando de forma segmentada o gênero textual/discursivo presente é, sem dúvida, uma estratégia efetiva para o desenvolvimento das habilidades linguísticas fundamentais.

O trabalho com o gênero textual/discursivo “depoimento pessoal” dentro do contexto do “Júri (dis)simulado” ativa o que Koch e Elias (2010) denominam de conhecimento interacional, isto é, está relacionado às interações que acontecem por meio da linguagem e envolve os conhecimentos ilocucional (identificar as finalidades pretendidas pelos produtores dos textos), comunicacional (adequar a variante linguística bem como o gênero textual e a quantidade de informações necessárias ao entendimento), metacognitivo (assegurar a compreensão e aceitação dos interlocutores) e superestrutural (identificar os gêneros adequados aos contextos).

Um professor que desenvolve o trabalho com o “depoimento pessoal” dentro da prática discursiva de um júri compreende que a interação entre sujeito e texto se realiza em determinados contextos sociocognitivos e, portanto, explora não apenas as palavras que compõem o gênero em questão, mas também o estudo dos mecanismos que regem a língua, sua

relação com o mundo e com a função sociossimbólica da linguagem, desenvolvendo, assim, uma pedagogia culturalmente sensível, tal como orientam Bortoni-Ricardo e Dettoni (2001):

[...] As formas de implementação da pedagogia culturalmente sensível são múltiplas: aproveitar as experiências e vivências que as crianças trazem consigo; [...]; implementar estratégias de envolvimento, permitindo que a criança fale, ratificando-a como falante legítimo; acolher suas sugestões e tópicos; incentivá-la a manifestar-se, fornecendo-lhe modelos de estilos monitorados da língua e mostrando-lhe como, quando e por que usar esses estilos. Enfim, a escola tem de aceitar a diversidade e torná-la funcional (BORTONI-RICARDO; DETTONI, 2001, p. 102).

Dispõe-se, como produto do trabalho realizado com o “júri (dis)simulado”, de uma sequência de atividades didáticas que ajusta as potencialidades dessa prática de letramento para a realidade de grande parte da sociedade brasileira, sobretudo aquela localizada nas zonas periféricas mais carentes. Dessa forma, tem-se um roteiro organizador e otimizador da prática de um júri escolar, mas considerando e adaptando-se à precariedade de recursos disponíveis nas mais simples unidades escolares espalhadas pelo Brasil.

3. Proposta de material didático

Esta proposta de material didático, cujo tema é “Pequenas corrupções do dia a dia”, tem como objetivo principal possibilitar o estudo do gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”, em sua modalidade oral e escrita, fazendo uso monitorado da variedade linguística condizente ao contexto social em que os interlocutores estão inseridos. Assim, esperamos também fomentar o protagonismo juvenil por meio da discussão de temas pertinentes à realidade cotidiana do cidadão-aluno.

Além disso, são também objetivos dessa proposta de material didático estudar as especificidades do gênero discursivo “depoimento pessoal”, a saber, construção composicional, conteúdo temático, estilo e condições de produção; desenvolver o senso crítico dos alunos por meio da ampliação de suas competências e habilidades linguísticas no âmbito da argumentação, oralidade, persuasão, monitoramento da variedade linguística, organização de ideias e respeito à opinião e ao turno conversacional do outro.

O público-alvo dessa proposta são alunos de 9º ano do Ensino Fundamental, principalmente em turmas com cerca de 40 alunos, ou seja, turmas cheias, algo bem característico da realidade educacional brasileira. Para a realização das atividades, o professor

precisará unicamente de *datashow* ou televisão, filmadora (que pode ser até a do celular) e fotocópias dos textos a serem trabalhados. A duração aproximada da atividade é cerca de vinte horas/aula (para horários com 50 minutos de duração).

Abaixo, será feita uma descrição da sequência das atividades.

1º momento: três aulas

Considerando que o tema da proposta é “Pequenas corrupções do dia a dia”, avaliamos como adequado que, na primeira aula, o professor faça a introdução das atividades por meio de uma pesquisa (anexo 1, figura 1), o que possibilitará aos alunos a reflexão sobre o fato de cometerem ou não pequenas corrupções diárias. Nessa pesquisa, os alunos não precisarão se identificar, o que garante a sinceridade nas respostas. Após os alunos marcarem as respostas, o professor deverá recolher a pesquisa e, com a ajuda de um estudante, fazer a contagem das respostas no quadro. Ao final da contagem, deverá dialogar com os alunos as respostas, promovendo uma discussão a respeito de como situações de pequenas corrupções estão presentes em nosso cotidiano.

Na segunda aula, o professor deverá ler e discutir com os alunos o Texto 1, Texto 2 e Texto 3, pertencentes à temática “Jeitinho brasileiro: conscientização sobre pequenas corrupções” (anexo 2). Após essa leitura e debates iniciais, deverá solicitar que, num primeiro momento, contem, oralmente, situações em que presenciaram pequenas corrupções cotidianas e, em seguida, escrevam um depoimento pessoal baseado no que já presenciaram ou no que ouviram os colegas falarem.

2º momento: três aulas

Para o segundo momento dessa sequência de atividades, sugerimos que o professor, primeiramente, conte para os alunos, apenas oralmente e sem apoiar-se no material escrito, o depoimento de Jane Peralta (anexo 3), que narra o acidente de moto que comprometeu sua perna, expondo as implicações disso para sua vida pessoal e profissional. O docente deverá pedir para os alunos prestarem bastante atenção ao momento em que o professor conta a história e pedir que anotem elementos próprios da linguagem oral que observarem na fala do professor².

² Salientamos que, nesse momento, o professor deve pedir aos alunos que observem e, se possível, anotem aspectos relacionados à entonação, melodia, uso da variedade culta versus variedade popular, pausa, dentre outros elementos prosódicos. Essas observações podem ser feitas oralmente ou por escrito, de acordo com o que o professor julgar mais adequado à sua sala de aula.

Em seguida, deverá ser entregue o referido texto, impresso, e feita a leitura com os alunos. Após esse segundo momento, o professor deverá pedir aos alunos que anotem o que observaram quando o texto foi apenas contado e como ele ficou em sua versão escrita. Depois, o professor deverá desenvolver oralmente, por discussão, as seguintes questões:

- a) Qual é a finalidade desse gênero?
- b) A quem textos como esse são destinados?
- c) Em que suportes esse gênero normalmente é veiculado?
- d) Qual é o tema desse texto? E quais outros assuntos geralmente são dizíveis por meio desse gênero textual/discursivo?
- e) Por que esse texto é escrito em primeira pessoa? Quais outras características você observa na organização textual desse gênero?
- f) Nesse texto, as ações são narradas em qual tempo: presente, passado ou futuro? Por quê?
- g) Esse texto foi apresentado a você na modalidade oral e escrita da língua. Quais mudanças você observou no texto quando ele foi somente contado e depois quando ele foi escrito?
- h) Esse texto aproxima-se mais da variedade culta ou da variedade popular? Por quê?

3º momento: cinco aulas

Após a correção das atividades anteriores, o professor deverá levar para a classe outros exemplos de depoimentos pessoais e solicitar aos alunos que, em duplas, os analisem, tendo em vista as questões anteriores. Cada dupla de alunos deverá receber um “depoimento pessoal” diferente. A dupla deverá, primeiramente, contar o depoimento para os colegas. Em seguida, deverão providenciar uma cópia para cada colega da classe e entregar a eles, pedindo à turma que enumerem quais mudanças observaram quando o “depoimento pessoal” foi apenas contado e quando foi escrito. Após as análises, a dupla deverá compartilhar com a classe as conclusões a que chegou por meio da esquematização de um cartaz a ser fixado na classe e que contemple as questões anteriores.

Após as apresentações, o professor deverá pedir aos alunos que, durante uma semana, observem principalmente o dia a dia escolar. A partir dessa observação diária, os estudantes deverão redigir um depoimento em que narrem se cometeram ou sentiram desejo de cometer uma “pequena corrupção”. Caso isso não lhes tenha ocorrido, deverão narrar uma “pequena

corrupção” que observaram outra pessoa cometendo. Ao narrarem o fato, deverão abordar os seguintes pontos:

- a) Como se deu a pequena corrupção;
- b) Quem a praticou;
- c) Qual motivo teria levado essa pessoa a agir assim;
- d) O que achou dessa atitude;
- e) Anotar outros aspectos que julgarem necessários.

O professor deverá orientar os alunos a redigirem os depoimentos observando também os conteúdos, que são e se tornam dizíveis pelo gênero; a estrutura/forma específica dos textos e as configurações específicas das unidades de linguagem (estilo).

4º momento: quatro aulas

O quarto passo dessa sequência de atividades é fundamental para se trabalhar questões relacionadas à oralidade e à variação linguística e que não estejam presentes somente no trabalho com o gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”. O professor deverá apresentar aos alunos o “**Júri (dis)simulado**”, o qual se configurará como momento lúdico para forjar uma situação em que vivenciarão uma prática social em que o gênero textual/discursivo “depoimento pessoal” se faz presente.

Na introdução desse quarto momento, o professor deverá apresentar, nessa ordem, os vídeos “Pena” (<https://www.youtube.com/watch?v=NdIqyc-jSSs>), “Tananã” (<https://www.youtube.com/watch?v=-yr8YzTzwv4>) e “Tribunal” (<https://www.youtube.com/watch?v=ocn-VCKAMEk>). Salientamos que esses vídeos se mostram apenas como sugestão. O professor poderá relacionar outros conforme a temática abordada.

Sugerimos que o vídeo “Pena” seja o primeiro a ser trabalhado. A fim de promover discussões sobre oralidade e variação linguística, orientamos que, juntamente com os alunos, o professor explore esse vídeo respondendo às questões abaixo:

- 1) Quem são os personagens do vídeo?
- 2) Em que contexto eles estão envolvidos?
- 3) Enumere as críticas apresentadas que conferem caráter cômico ao vídeo.

- 4) Em seu discurso, o juiz utilizou uma linguagem mais monitorada, menos monitorada ou transitou entre as duas? Por que ele agiu assim?
- 5) Durante o discurso do juiz houve alguma interrupção? Por quê?
- 6) Registre algumas marcas típicas da oralidade presentes na fala do juiz, como, por exemplo, uso de um vocabulário mais formal, uma fala mais monitorada, uso de pronomes de tratamento, dentre outros aspectos.

Após os debates suscitados por meio das questões anteriores, o professor deverá apresentar o vídeo “Tananã” e, juntamente com os alunos, explorar esse material por meio das seguintes atividades:

- 1) Quem são os personagens do vídeo?
- 2) Em que contexto eles estão inseridos?
- 3) Como se ordenou o momento de cada personagem falar: todos falam ao mesmo tempo ou cada um tem o seu momento de falar? Por que isso ocorreu?
- 4) Sobre a linguagem empregada pela testemunha em seu depoimento, responda:
 - a) A linguagem foi clara? Por quê?
 - b) Houve um monitoramento da linguagem utilizada pela testemunha? Por quê?
- 5) Levante hipóteses: a redatora do depoimento terá dificuldade em redigir o depoimento da testemunha? Justifique.
- 6) Em que consiste o caráter cômico do vídeo?

O último dos três vídeos, “Tribunal”, deverá ser utilizado pelo professor para, juntamente com os alunos, explorar, inicialmente, as seguintes questões:

- 1) Quem são os personagens do vídeo?
- 2) Em que contexto eles estão inseridos?
- 3) Quais foram as estratégias utilizadas pelo advogado de defesa em seu discurso?
- 4) Os personagens falam todos ao mesmo tempo ou há um momento certo para cada um falar? Por quê?
- 5) Enumere exemplos de palavras e expressões típicas da oralidade presentes na fala dos personagens.

- 6) Quando querem o direito de falar como os personagens procedem?
- 7) Em seus discursos os personagens utilizam uma linguagem mais monitorada, menos monitorada ou transitam entre as duas? Por que eles agem assim?
- 8) Enumere as passagens do vídeo que lhe conferem comicidade.

Após a apresentação e exploração desse vídeo, o professor deverá organizar a turma para que, em grupos, apresentem um “Júri (dis)simulado”. Deverá ser esclarecido que quatro alunos representarão o papel de réus, acusados dos seguintes “crimes”:

- Aluno que furou a fila do lanche;
- Aluno que falsificou a assinatura do pai na prova;
- Aluno que colou na prova;
- Aluno que desrespeitou a professora.

Sugerimos que os alunos sejam divididos nos seguintes papéis:

- Réu;
- Advogado de defesa;
- Testemunha de defesa 1;
- Testemunha de defesa 2;
- Advogado de acusação;
- Testemunha de acusação 1;
- Testemunha de acusação 2;
- Cinco (ou mais) alunos deverão compor o corpo de jurados;
- O professor será o juiz.

Cada um dos réus deverá narrar, oralmente, como ocorreu a infração. Previamente, eles deverão organizar por escrito o depoimento, observando os seguintes critérios:

- Para que estão fazendo uso daquele depoimento (finalidade do gênero);
- Perfil dos interlocutores (réu, testemunha, juiz, advogados, corpo de jurados);
- Suporte/veículo;
- Tema;
- Estrutura;

- Monitoramento da variação linguística, observando o contexto e o perfil de cada “personagem”.

As testemunhas também deverão depor apresentando o que viram no dia em que ocorreu o “crime”, bem como colocando outras informações relevantes, observando os critérios acima. Os advogados de acusação e de defesa deverão apresentar argumentos que defendam ou acusem os réus. Para cada apresentação, o corpo de jurados apresentará um parecer final. Um representante do corpo de jurados deverá ler o parecer, absolvendo ou condenando o réu.

Sugerimos que a atividade seja gravada e posteriormente analisada pela classe, tendo em vista apontar os pontos positivos e negativos. Consideramos importante que o professor e alunos sejam capazes de analisar a postura ao falarem, o uso de uma fala mais ou menos monitorada, o assalto (ou não) ao turno, a colocação do tom de voz mais ou menos brando, mais ou menos convincente, dentre outros aspectos.

5º momento: quatro aulas

Durante a semana, os alunos deverão organizar a apresentação e, em data previamente marcada, serão feitas as apresentações do “Júri (dis)simulado”.

6º momento: uma aula

Avaliação

O professor deverá apresentar aos alunos o vídeo da gravação do “júri (dis)simulado” e, juntamente com a classe, avaliar a apresentação observando, primeiramente por parte dos réus e das testemunhas, o domínio do gênero textual/discursivo “depoimento pessoal”, tanto na modalidade escrita quanto na modalidade oral. Deverá observar, também, se os envolvidos souberam monitorar, de acordo com os sentidos pretendidos, a variação linguística nos depoimentos dos réus e das testemunhas bem como nos discursos dos advogados e dos jurados. Cabe ao professor observar, também, se durante a exposição das falas os alunos souberam respeitar o turno conversacional dos participantes. Para isto, é interessante observar, junto com a turma, como foi a entonação dos alunos naquele contexto específico, qual tom de voz foi utilizado, houve ou não cortesia verbal, dentre outros aspectos.

Acreditamos que a proposta deste material didático fortalecerá o trabalho a ser desenvolvido, principalmente, com a oralidade. Aspectos relacionados à postura ao falar e aos aportes prosódicos como entonação, melodia, qualidade da voz, dentre outros serão mais bem avaliados e considerados quando se propõe uma reflexão sobre estes pontos. Além disso, os alunos terão maior autonomia para fazer um uso adequado das informações sonoras contempladas em gêneros como o depoimento pessoal, gênero que permite um trabalho maior da produção oral.

4. Considerações finais

A realização de um “Júri (dis)simulado”, no âmbito escolar, configura-se como uma proposta de atividade extremamente favorável ao trabalho com gêneros textuais, sobretudo com o “depoimento pessoal”. Um projeto que desenvolva o trabalho com esse tipo de júri possibilita aos alunos não apenas a análise e produção desse gênero textual/discursivo, mas também uma observação mais atenta acerca dos aspectos relacionados à oralidade, bem como à reflexão sobre o uso mais ou/e menos monitorado da linguagem.

Este artigo mostrou que a ausência de recursos financeiros, técnicos e pedagógicos não impossibilita o desenvolvimento de um júri mesmo nas escolas com infraestrutura precária. Adaptações nos projetos de letramento sobre júri escolar são necessárias para que os alunos que frequentam essas escolas não sejam excluídos no trabalho com os gêneros textuais/discursivos possibilitados por meio dessa proposta de atividade.

Mostramos, ainda, que na realização de um júri cabe ao professor a monitoria e a intervenção apenas quando necessário, pois são os alunos os protagonistas no desenvolvimento de todas as tarefas. As habilidades dos estudantes, num trabalho realizado em equipe, ficam em evidência, pois há uma ajuda mútua entre os alunos mais desenvolvidos e aqueles que são mais introvertidos.

Fica evidente, portanto, que o “Júri (dis)simulado” pode ser trabalhado nos mais infaustos contextos escolares, com ou sem infraestrutura adequada. Basta haver um professor empenhado em fazer de sua sala de aula um ambiente propício para a realização de práticas de letramento que vislumbrem o trabalho tanto com a oralidade, quanto com a função socio simbólica da linguagem, presentes em gêneros textuais/discursivos hodiernos à vida de seus alunos.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALOCCO, A. E. A perspectiva discursivo-semiótica de Gunther Kress: o gênero como um recurso representacional. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D.. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. 1ed. São Paulo: Parábola, 2005, v. 1, p. 65-80.

BORTONI-RICARDO, S. M.; DETONNI, R. do V. Diversidades linguísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. de (Org.) **Cenas da sala de aula**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GALEMBECK, P. de T. O turno conversacional. In. PRETI, D. **Análise de textos orais**. Projetos Paralelos-NURC/SP (Núcleo USP), 1, São Paulo: Humanitas, 1999, p. 65-92.

HILGERT, J. G. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In. CASTILHO, A. T. de. **Gramática do português falado**. Vol. III: as abordagens. UNICAMP, 1996, p. 99-115.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. (orgs). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

Sites:

Porta dos fundos. **Pena**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ndlqyc-jSSs>. Acesso em 26 mai. 16.

Porta dos fundos. **Tananã**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-yr8YzTzwv4>. Acesso em 26 mai. 16.

Porta dos fundos. **Tribunal**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ocn-VckAMEk>. Acesso em 26 mai. 16.

Anexos

Anexo 1

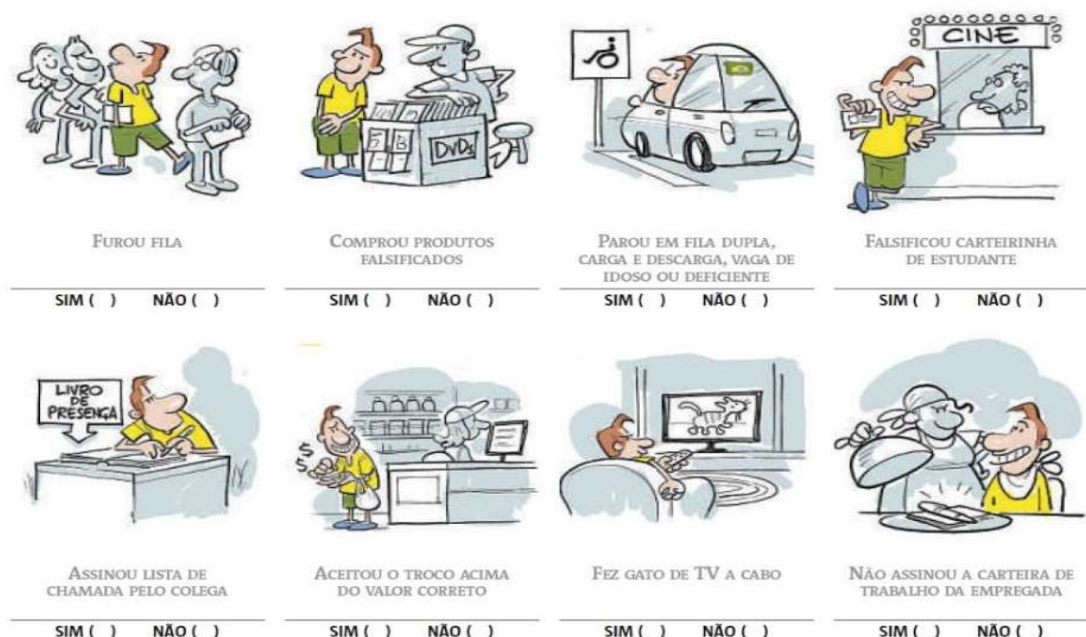


Figura 1 – fonte:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/03/22/internas_polbraeco,476462/pequenas-corrupcoes-do-dia-a-dia-tem-sido-tema-recorrente-nos-debates.shtml

Anexo 2

Jeitinho brasileiro: conscientização sobre pequenas corrupções

TEXTO 1

Quase um em cada quatro brasileiros (23%) afirma que dar dinheiro a um guarda para evitar uma multa não chega a ser um ato corrupto, de acordo com uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Vox Populi. Os números refletem o quanto atitudes ilícitas, como essa, de tão enraizadas em parte da sociedade brasileira, acabam sendo encarados como parte do cotidiano.

“Muitas pessoas não enxergam o desvio privado como corrupção, só levam em conta a corrupção no ambiente público”, diz o promotor de Justiça Jairo Cruz Moreira. Ele é coordenador nacional da campanha do Ministério Público “O que você tem a ver com a corrupção”, que pretende mostrar como atitudes que muitos consideram normal são, na verdade, um desvirtuamento ético (...).

Aceitar essas pequenas corrupções legitima aceitar grandes corrupções”, afirma o promotor. “Seguindo esse raciocínio, seria algo como um menino que hoje não vê problema em colar na prova ser mais propenso a, mais pra frente, subornar um guarda sem achar que isso é corrupção.”

Segundo a pesquisa da UFMG, 35% dos entrevistados dizem que algumas coisas podem ser um pouco erradas, mas não corruptas, como sonegar impostos quando a taxa é cara demais.

Otimismo: Mas a sondagem também mostra dados positivos, como o fato de 84% dos ouvidos afirmar que, em qualquer situação, existe sempre a chance de a pessoa ser honesta.

A psicóloga Lizete Verillo, diretora da ONG Amarribo (representante no Brasil da Transparência Internacional), afirma que em 12 anos trabalhando com ações anticorrupção ela nunca esteve tão otimista – e justamente por causa dos jovens. “Quando começamos, havia um distanciamento do jovem em relação à política”, diz Lizete. “Aliás, havia pouco engajamento em relação a tudo, queriam saber mais é de festas. A corrupção não dizia respeito a eles.” “Há dois anos, venho percebendo uma grande mudança entre os jovens. Estão mais envolvidos, cobrando mais, em diversas áreas, não só da política.”

Para Lizete, esse cenário animador foi criado por diversos fatores, especialmente pela explosão das redes sociais, que são extremamente populares entre os jovens e uma ótima maneira de promover a fiscalização e a mobilização.

Mas se a internet está ajudando os jovens, na opinião da psicóloga, as escolas estão deixando a desejar na hora de incentivar o engajamento e conscientizá-los sobre a corrupção. “Em geral, a escola é muito omissa. Estão apenas começando nesse assunto, com iniciativas isoladas. O que é uma pena, porque agora, com o mensalão, temos um enorme passo para a conscientização, mas que pouco avança se a educação não seguir junto”, diz a diretora. “É preciso ensinar esses jovens a ter ética, transparência e também a exercer cidadania.”

Adaptado de http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/11/121024_corrupcao_lista_mdb.shtml em 19/02/2014.

TEXTO 2



Adaptado de <http://www.cgu.gov.br/redes/diga-nao>

TEXTO 3

A campanha (O que você tem a ver com a corrupção?) se justifica pela necessidade de se educar a sociedade por meio do estímulo à ética, à moralidade e à honestidade, construindo um processo cultural de formação de consciência e de responsabilidade dos cidadãos a partir de três tipos de responsabilidades (...): 1) a responsabilidade para com os próprios atos, ou

responsabilidade individual; 2) a responsabilidade para com os atos de terceiros, ou responsabilidade social ou coletiva e; 3) a responsabilidade para com as gerações futuras a partir de um agir consciente. Dessa forma, pretende-se contribuir com a prevenção da ocorrência de novos atos de corrupção e com a consequente diminuição dos processos judiciais e extrajudiciais, por meio da educação das gerações futuras, estimulando, ainda, o encaminhamento de denúncias populares e a efetiva punição de corruptos e corruptores. Além disso, é dever institucional do Ministério Público combater a corrupção, repressiva e preventivamente, estimulando, inclusive, o desempenho das atribuições e das atividades extrajudiciais.

Objetivos: Reduzir a impunidade nacional, ou seja, cobrar a efetiva punição dos corruptos e dos corruptores, abrindo um canal real para oferecimento e encaminhamento de denúncias; educar e estimular as gerações novas através da construção, em longo prazo, de um Brasil mais justo e mais sério, destacando o papel fundamental de nossas próprias condutas diárias; aproveitar momentos do cotidiano infanto-juvenil (família, escola e comunidade) para propiciar a vivência de atividades que os levem a conhecer esses princípios, estimulando-os a praticá-los no seu ambiente de convívio social; divulgar a ideia em locais e acontecimentos informais (sociais, esportivos, campanhas e eventos), possibilitando o alcance da campanha a um público maior.

Extraído de <http://www.oquevoctemavercomacorrupcao.com/> em 19/02/2014.

Anexo 3

Jane Peralta Palestrante Acidente de Trajeto

Num dia cinzento e nublado saí para mais um dia de trabalho. Para uma menina de treze anos que já tinha 1,74 de altura, eu já me considerava uma adulta em todas as minhas atitudes. Depois de um dia normal, era hora de voltar para casa. Quando pisei na calçada e subi na minha moto eu vi uma família, que morava no prédio ao lado, saindo no mesmo momento em que eu saía. Os cumprimentei e ambos saímos pela mesma direção. Eu me dirigi por uma rua e eles foram por outra. Uns 800 metros depois da minha saída, eu resolvi não parar em uma esquina preferencial, já perto da minha casa. Eu pensei: “Sempre passo por aqui e nunca cruzei com um carro, desta vez eu vou passar direto”.

Não vi nada e não me lembro da cena do acidente. Bati justamente naquele vizinho que eu havia cumprimentado minutos antes. O farol do carro se quebrou e estraçalhou minha perna direita, abaixo do joelho. Caí a alguns metros da moto e o sangue jorrava para todo lado (eu cortei a artéria). Uma amiga que vira meu acidente teve que tomar calmante para dormir à noite. Aquele senhor ficou tão desesperado que não conseguia nem sair do lugar. Outro que passou no momento parou seu fusca, me colocou dentro do carro e me levou para o hospital. O sangue jorrou pelo seu carro sem dó nem piedade.

Quando cheguei ao hospital eu já estava em estado de choque. Perdi quase todo meu sangue e rapidamente fizeram uma transfusão de sangue para garantir minha vida. Naquela noite foi um desespero para meu pai e minha mãe. Ao passarem pelo local após o acidente eles acharam que eu havia morrido. O médico falou para eles rezarem muito por mim, pois, ele não garantia nem a minha vida. Ao passar o risco de morte ele avisou que eu poderia perder a perna. Ela estava estraçalhada, toda retalhada.

No dia seguinte começaria uma jornada longa de recuperação, muitos curativos e outras cirurgias. Como a extensão do corte era grande, tive que fazer uma nova cirurgia dois meses depois para realizar um enxerto de pele. Retirei a pele das nádegas e foi muito difícil. Ficar deitada de barriga para cima, em cima de uma raspagem forçada nas nádegas foi um grande

desafio. Depois que cessou a fase da dor, iniciou a fase da cicatrização que provocava uma coceira terrível. Parecia que a dor era mais suportável do que a coceira. Depois de muita paciência e resistência tudo cicatrizou. As cicatrizes que ganhei nas nádegas valeram o resultado alcançado na perna. Mais uma vez o médico avisou que poderia não dar certo. Na hora da cirurgia eu escutava: “Essa lâmina não está cortando nada”. Abençoado Dr. Carlos Alberto Potier que aguentou minhas crises, meus choros e meu mau humor. Após alguns meses eu caminhava e havia ganhado um pé caído, 83 pontos na perna e uma vida a ser vivida. Só me restava usar tênis e esperar uma adolescência cheia de desafios.

Extraído de http://amputadosvencedores.com.br/index.php/depoimentos/item/jane-peralta-palestrante-acidente-de-trajeto.html#.V0bxk_krLIU em 26/05/2016

Artigo recebido em: 15.01.2017

Artigo aprovado em: 13.03.2017